

Resumo do texto "A New Approach to Sovereign Debt Restructuring"

Anne Krueger (Publicado pelo FMI, em Abril de 2002)

O recente desenvolvimento dos mercados de capitais no mundo gerou uma enorme variedade de credores, com interesses distintos, o que dificulta eventuais processos de reestruturação de dívidas externas. Para resolver este problema, seria criado um mecanismo de reestruturação de dívida soberana (SDRM, na sigla em inglês), no qual haveriam desincentivos a credores individuais cobrarem as suas dívidas por conta própria. Este mecanismo seria ativado quando a dívida se tornasse insustentável, e poderia ser aplicável também às dívidas internas dos países.

Quanto maior a área de abrangência deste mecanismo, mais eficaz ele será:

"Existem várias razões pelas quais o sistema pode ser mais efetivo se implementado através do estabelecimento de um tratado universal de obrigações, do que através da modificação da legislação de um pequeno número de jurisdições. (...) o estabelecimento de um tratado facilita a criação de uma única entidade jurídica internacional que tem jurisdição exclusiva sobre todas as disputas que irão surgir entre o devedor e os seus credores nacionais e internacionais, ou entre estes credores.

Seria criado, portanto, um novo órgão judicial que levaria a cabo esta atividade, cujos juízes seriam indicados – ou afastados – pelo FMI, ou por critérios definidos pelo Fundo.

Segundo a autora, o mecanismo SDRM deveria proteger os interesses dos credores, de forma a forçar os países devedores a implementar programas de ajuste macroeconômico como os do FMI, que priorizam o pagamento do serviço da dívida. Além disto, os credores também terão interesse em outros aspectos internos da política econômica dos países devedores, tais como a natureza e os termos de

quaisquer reestruturações bancárias domésticas, a continuação da operação do sistema de pagamentos nacional, e o regime de falências do país.